



# O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA: DA CONJUNTURA POLÍTICA À SALA DE AULA

---

Myrvia Muniz Rebouças<sup>1</sup>

## *The pioneers manifest of the new education: from the political conjuncture to the classroom*

### **Resumo:**

Os esforços envidados na promoção de profundas mudanças na estrutura educacional brasileira a partir da década 1930 até hoje recebem a contribuição dos anseios expressos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por grandes intelectuais de vários setores da sociedade. A intensa articulação política, as estratégias comunicativas e a disseminação de ideias renovadoras corroboram a grandiosidade do feito, que mantém estreita relação com os desafios educacionais enfrentados nos anos que se seguiram e até o início deste breve século. O presente texto, na tentativa de aprofundar esse feito como base para o enriquecimento do debate sobre a história brasileira, recupera os principais aspectos em torno de sua divulgação, da legitimação de seu discurso e do impacto de suas ideias sobre as políticas educacionais no Brasil, no fim da Primeira República e no início do governo provisório de Getúlio Vargas. Destaca-se ainda, nesse interim, a contribuição de alguns de seus mais ilustres signatários para a renovação das práticas educativas em sala de aula.

**Palavras-chave:** Educação Nova. Sociedade. Articulação Política. Práticas Educativas.

### **Abstract:**

*The efforts made to promote profound changes in the Brazilian educational structure from the 1930s until today receive the contribution of the anxieties expressed in the Pioneers Manifest of the New Education, signed by great intellectuals from various sectors of society. The intense political articulation, the communicative strategies and the dissemination of renewing ideas corroborate the greatness of the feat, which is closely related to the educational challenges faced in the years that followed and until the beginning of this brief century. The present text, in an attempt to deepen this feat as a basis for enriching the debate on Brazilian education history, recovers the main aspects surrounding its dissemination, the legitimation of its discourse and the impact of its ideas on educational policies in Brazil at the end of the First Republic and at the beginning of the provisional government of Getúlio Vargas. In the meantime, the contribution of some of its most distinguished signatories to the renewal of educational practices in the classroom is also highlighted.*

**Keywords:** New Education. Society. Political Articulation. Educational Practices.

1. Mestranda em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Professora de Educação Física da Rede Estadual de Educação. ID Lattes: 9026779717149357.

## 1. INTRODUÇÃO

Completando 90 anos desde sua publicação, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é considerado um dos mais importantes documentos da história educacional brasileira. Publicado em 1932 e redigido por Fernando de Azevedo, o texto buscava audaciosamente representar as visões de 26 intelectuais brasileiros, partidários de diferentes posições ideológicas. A amplitude de sua importância se dá tanto pelo peso de suas provocações quanto pela organicidade das questões elencadas, que ainda hoje nos permitem ingressar com certa lucidez na trama social, política e econômica do fim da Primeira República. Porém, seu maior feito é claramente o de estabelecer objetivamente uma profunda conexão entre sua pauta e a complexidade dos desafios educacionais do início do século XX. Ao explorar os aspectos de sua importância histórica e relacioná-la com o contexto social e político da época, o presente texto tem o intuito de aprofundar as raízes históricas do panorama educacional brasileiro, especialmente no que tange aos problemas ainda sem solução.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O documento publicado em vários jornais e folhetins, e defendido por intelectuais que integravam diversos setores da sociedade, marcou não apenas o debate sobre os rumos da educação nacional, mas também a grande expectativa em torno de mudanças na estrutura social brasileira. Sobre esse importante aspecto historiográfico é preciso destacar que:

Essa força simbólica foi conferida ao Manifesto, tanto por seu redator, Fernando de Azevedo, que considerou o projeto proposto no documento como a única via de salvação nacional, quanto pela reação católica que o tomou como prova de um crime contra a nacionalidade (XAVIER, 2002, p. 5).

A promessa traduzida como “salvação” está associada a uma visão de recuperação da unidade nacional, rompida por uma série de problemas econômicos e desalinhamentos políticos que culminaram na revolução de 1930. A carta deveria, à época, cumprir um papel de grande importância na reforma do Estado brasileiro, conduzindo a sociedade para mudanças compatíveis com as novas

diretrizes econômicas e políticas. Mas a intensidade com que essa perspectiva da “única via” aparece no documento vai além de sua instrumentalidade. É preciso, desse modo, destacar que as ideias contidas no Manifesto, não faziam parte somente uma conjuntura mais ampla, por si só já complexa, mas também se referiam a si mesmo como um “monumento”, buscando ampliar o alcance de seu próprio discurso e fortalecendo seus signatários, coletiva e individualmente.

### 2.1 O documento enquanto feito histórico

Para dar vida ao Manifesto, seus autores recorreram a uma articulação social e política sem precedentes na história da educação brasileira que, entre outros, envolveu a disputa pela liderança institucional na recomendação de ações ao governo recém instaurado, a formação de um ideário coeso de transformação social e a introdução de um provocativo debate educacional sobre a relação entre escola e democracia. Associar esses elementos ao contexto histórico e às palavras redigidas no documento nos permitirá lançar uma luz ainda mais intensa sobre a relevância do Manifesto para a compreensão dos desafios educacionais brasileiros.

A disputa pelo controle da Associação Brasileira de Educação – ABE estava no centro da sobrevivência política do Manifesto, pois lhe garantiria manter relação direta com as demais reformas do governo Getúlio Vargas, no início da década de 1930. A Associação havia sido fundada em 1924 e, àquela altura, com a criação do ministério da Educação e Saúde, cumpriria papel fundamental no planejamento e organização da educação nacional, ações vistas como uma *prioridade* política para o governo naquele momento. As questões internas da ABE estavam acirradas, dividindo-se entre dois blocos com interesses antagônicos: a ala renovadora, permeada pelos ideais de integração entre educação e democracia; e a ala conservadora, liderada por católicos leigos que intencionavam dar continuidade a tradição religiosa de formação do povo brasileiro. Para apontar o projeto no rumo que produzisse com segurança seus efeitos, seria necessário primeiro derrotar a ala católica da instituição, abrindo caminho para o fortalecimento da visão científica na organização da educação escolar e da progressiva laicidade do ensino. Superar

o ensino tradicional, amparado na moral religiosa, e lançar as bases de um serviço educacional focado na resolução dos desafios sociais era um preceito básico para a legitimação do projeto de renovação do ensino. Segundo o próprio Manifesto, a finalidade da educação girava em torno de uma "concepção de vida", de um "ideal", que deveria ser adaptável a cada momento histórico:

(...) o "conteúdo real desse ideal" variou sempre de acordo com a estrutura e as tendências sociais da época, extraindo sua vitalidade, assim como sua força inspiradora, da própria natureza da realidade social. Ora, se a educação está intimamente vinculada à filosofia da cada época, que lhe define o caráter, rasgando sempre novas perspectivas ao pensamento pedagógico, a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida (AZEVEDO *et al.*, 2010).

Se de um lado, o comando da ABE colocaria o projeto na direção das decisões governamentais sobre o setor educacional, do outro, a formação de um grupo tão distinto de intelectuais, tinha o objetivo de erguer um ideário coletivo como forma de sustentação do Manifesto como um grande "monumento educacional", e de estabelecer suas ideias e valores como legítimos. Para isso, ele conclamava diferentes pontos de vista a se reunirem em torno de um projeto de nação, aglutinando interesses em pontos comuns muito claros para o maior número de perspectivas abertas com a revolução de 1930. As elites intelectuais e políticas do período, se reconheciam principalmente na ideia de superação do passado, das velhas estruturas e no atendimento das novas demandas sociais na agenda democrática do período.

Não deixa de ser elucidativo perceber o Manifesto como parte do jogo político pela disputa do controle do Estado e de suas dinâmicas, e, portanto, como elemento de coesão de uma frente de educadores que, a despeito de suas diferenças, articulava-se em torno de alguns objetivos comuns, como a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da educação (VIDAL, 2013, p. 584).

Alcançar os vários setores da sociedade, por meio de diferentes perfis intelectuais, também produziria o eco necessário sobre os principais canais de comunicação da época, o que o fizeram grandes personalidades comunicativas como Roquette Pinto, fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, Cecília Meireles, diretora da página de educação do Diário de Notícias do Rio de Janeiro, e Júlio de Mesquita Filho, diretor de O Estado de São Paulo. Porém, o impulso que o Manifesto precisava para figurar no debate político e educacional do país viria tanto de sua promoção positiva, feita diretamente por seus signatários nos meios de comunicação sob os quais tinham alguma gerência, quanto pelas fortes reações da hierarquia católica, com ataques direcionados ao texto e aos seus autores. As críticas, que incluíam acusações de *descristianização* da população e de *absolutismo pedagógico*, acabaram fornecendo um fôlego extra ao debate sobre a laicidade da educação e culminaram na saída do bloco católico da ABE.

## 2.2 A função da escola segundo o Manifesto

A vasta pauta de provocações apresentada pelo documento também nos leva a abordar sua relação com um número grande de questões políticas, sociais e econômicas, em ebulição no período de sua publicação. No entanto, é na centralidade assumida pela educação no processo de "reconstrução nacional" que encontramos o alto valor de sua releitura. Podemos destacar como principal desdobramento dessa responsabilidade o seu interesse no amplo acesso à escola e na qualidade da oferta educativa, reconhecidos como pontos cruciais durante o avanço da urbanização, o crescimento industrial e na formação do grande contingente de mão-de-obra para as demandas econômicas do período. Porém, na visão do Manifesto, o avanço exigia uma superação clara dos fundamentos do ensino em vigor, principalmente sob a liderança católica. Ao propor uma ruptura enérgica com a forma tradicional do ensino, sustentada pela igreja, o documento estabelece uma vinculação direta entre a escola e a urgente necessidade de adaptação à nova realidade social:

A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de "um grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de

educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. É o mesmo princípio que faz alargar o campo educativo das universidades, em que, ao lado das escolas destinadas ao preparo para as profissões chamadas "liberais", se devem introduzir, no sistema, as escolas de cultura especializada, para as profissões industriais e mercantis, propulsoras de nossa riqueza econômica e industrial (AZEVEDO *et al.*, 2010).

No centro desse avanço, ganhava força a luta em defesa da escola pública, laica, gratuita e de responsabilidade do Estado, pela qual o Manifesto é bastante utilizado como referência para o debate sobre o direito à educação. Nesse sentido, ele serve como uma provocação direta ao papel elitista do ensino naquele período, alçado a uma profunda divisão classista. Enquanto aponta para uma modernização do setor, liderada pelo Estado, e defende a expansão da oferta pública de educação no Brasil, o Manifesto sustenta a relação direta entre a construção de uma sociedade democrática e a formação geral da população.

No Manifesto, o conceito de educação pública refere-se à universalização do acesso à educação a todos os indivíduos, a partir de então transformados em cidadãos. Significa ainda, a constituição da Educação em um campo específico de atuação política e profissional que, absorvido pelo Estado, interfere diretamente na cultura nacional abrangendo também os demais setores da vida social pela sua força integradora, pelo seu trabalho na formação de um espírito democrático entendido como princípio de vida moral e social (XAVIER, 2002, p. 18).

Além disso, seu reflexo nas relações pedagógicas também fornecem elementos significativos para o debate sobre a organização e os métodos aportados nas práticas educativas daquele período. Em contraposição ao ensino tradicional, vago e desconexo, o Manifesto mirava uma articulação entre a escola e o mundo. Via nessa relação a possibilidade de representar, no universo *micro* das relações de ensino, o universo *macro* da vida social. No texto da carta, são numerosas as possibilidades abertas às ideias de liberdade e criatividade do ensino proclamados pelo movimento conhecido como Escola Nova, muito difundido no Brasil pelas

ideias e práticas do filósofo e educador John Dewey. A exemplo desse pensador, o Manifesto enxergava na educação escolar uma representação direta das demandas sociais e comunitárias de seus indivíduos, capaz de unificar teoria e prática, promover a cooperação e de assegurar a manutenção das relações de igualdade.

Nesse sentido, a ideia de movimento, em oposição a uma pedagogia estática, tradicional ou conservadora, está presente, tanto no pensamento de Dewey, quanto no ideário dos educadores brasileiros filiados ao movimento da Escola Nova. Não por acaso, Anísio Teixeira defendeu uma educação científica associada à adoção de métodos pedagógicos ativos, alertando que a formação de atitudes racionais e de relações mais igualitárias na escola, e por meio desta, eram cruciais para o avanço da democracia, ainda que não fossem suficientes para mudar a face do país (XAVIER & PINHEIRO: 2016, p. 181).

Esse debate recente no Estado do Ceará sobre a BNCC esse optou por escrever em conjunto com o coletivo de professores um Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC que refletisse sobre a experiência do percurso das políticas públicas do estado que contemplam a pesquisa como princípio educacional, a equidade, a educação integral em sua experiência, algo já posto em evidência pela Carta dos Pioneiros.

### 2.3 A renovação e a sala de aula

Assim como na Europa e nos Estados Unidos da América – EUA, o Brasil produzia ideias e experiências inspiradas nos pensadores da Escola Nova, no intuito de modernizar o serviço educacional e transformar a forma do ensino e da aprendizagem. A adoção dessas ideias implicava um papel até então ignorado pela escola brasileira: criar as condições para que crianças e adolescentes encontrassem soluções para seus próprios problemas, usando sua capacidade racional. O desenvolvimento de habilidades sociais por meio do pensamento autônomo, criativo e cooperativo no interior da escola, contrapunha-se às estratégias "passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional" (AZEVEDO *et al.*, 2010). O movimento escolanovista alimentava o desejo de uma escola ativa e inclusiva, comprometida com o futuro da sociedade que dela dependia. E para os principais

educadores que assinaram o manifesto, as ideias e experiências de John Dewey significavam a melhor tradução desse sonho para a realidade educacional brasileira.

Para Dewey só se poderia preparar a criança para a vida social se ela mesma se formasse em um ambiente de intercâmbio e de cooperação, aprendendo e compartilhando seus conhecimentos. Para tanto, se procurou superar a separação entre conhecimento teórico e atividade prática, levando a que o conhecimento escolar e a vida social estivessem articulados na elaboração dos problemas a partir dos quais a escola deveria planejar a seleção de conteúdos a serem ensinados, bem como definir as atividades didáticas a serem desenvolvidas em cooperação, pelos adultos e pelas crianças. Em resumo, ele propugnava o uso criativo da cultura dos indivíduos com o empenho por encontrar respostas racionais – poderíamos dizer de caráter científico –, alcançando, progressivamente, o aprendizado a respeito de seus próprios poderes e propósitos em relação e interação com a vida social (XAVIER & PINHEIRO, 2016, p. 181).

Anísio Teixeira e Lourenço Filho foram dois grandes intelectuais e gestores da educação brasileira que assinaram o Manifesto, e que foram bastante influenciados pelas diretrizes do movimento da Escola Nova. Ambos estiveram envolvidos, a partir dos anos 1920, na ABE, na gestão do Ministério da Educação e Saúde, criado pelo governo provisório de Vargas em 1931, e à frente das mais importantes reformas educacionais realizadas em nível regional. As ideias, pesquisas e políticas implementadas cada um por onde passaram, e juntos na criação do Instituto de Educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro), resultaram em processo contínuo de introdução dos princípios escolanovistas nas estratégias de organização do ensino e na formação de professores para implementação de novos métodos pedagógicos e didáticos.

Lourenço Filho, estudioso dos pensadores do “ativismo” em sala de aula, como Ovide Decroly, Maria Montessori e John Dewey, e a frente da publicação *Biblioteca da Educação*, teve forte participação na tradução de grandes obras do movimento da Escola Nova, e na construção de materiais usados no ensino da didática e diretamente com os educandos em sala de aula.

[...] o controle da leitura dos professores foi uma das principais estratégias utilizadas pelos renovadores da educação para divulgar os novos princípios educativos; buscaram propor e sugerir, por meio da criação das bibliotecas, manuais e periódicos, os referenciais a serem adotados pelos professores para se manterem atualizados com as renovações educacionais vigentes, objetivando alterar as práticas pedagógicas (FIGUEIRA, 2010, p. 21).

O educador Anísio Teixeira, sob o comando da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (Distrito Federal à época), por sua vez, buscou operar os conceitos escolanovistas de John Dewey na prática, importando uma experiência desenvolvida por este na cidade de Chicago, conhecida como Escola Laboratório (*Lab School*), para solo brasileiro. As Escolas Experimentais do Rio de Janeiro, na visão do educador, tinham o objetivo de servir de base para um novo contexto escolar, em que a sociabilidade tinha valor objetivo no processo de formação, para o presente e para o futuro dos estudantes. Outro aspecto importante da iniciativa de Anísio Teixeira foi a criação do Instituto de Pesquisa Educacional, para apoiar a compreensão científica sobre todo esse experimento empírico, funcionando como peça essencial na organização e planejamento do ensino.

O novo conceito de educação moderna, inspirado em Dewey, foi aplicado às escolas experimentais sob o argumento de que, naquele início dos anos 1930, o Distrito Federal já comportava importantes marcas do espírito dinâmico moderno, típico de outros grandes centros urbanos do chamado mundo civilizado. Partindo de uma relação indissociável entre vida, experiência e aprendizagem, Teixeira propôs, apoiado em Dewey, que a educação fosse um permanente processo de reelaboração da experiência vivida espontaneamente (XAVIER & PINHEIRO, 2016, p. 189).

Entende-se que a organização do trabalho escolar deve buscar fazer por meio de uma gestão sobre a informação das vivências e práticas produzida pela escola e que possam pensar e repensar o coletivo de ações executadas, fazendo da escola um espaço de reflexão.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é, sem dúvida, um dos mais importantes documentos que servem à compreensão das políticas educacionais brasileiras, da primeira metade do século XX até os dias de hoje. Não por acaso muitas das questões pautadas ainda merecem especial atenção e devem nos permitir orientar o debate acerca das muitas reformas implementadas mais recentemente, além de permitir uma contraposição segura das várias ameaças que circundam o papel democrático do espaço escolar.

O cenário político e social após a revolução de 1930 exigia uma articulação robusta entre diversos setores da sociedade e intelectuais comprometidos, na disputa pelo controle institucional do processo de democratização da escola pública brasileira, capaz

de viabilizar as propostas previstas tanto no próprio documento como nas políticas já em curso em várias regiões do país.

A carta revelava muito claramente suas intensões e seus pensamentos através de um discurso consciente sobre os pontos-chaves as rupturas com a estrutura e as práticas educacionais tradicionais, mecânicas e estéreis representando, assim, um movimento vital de crianças e adolescentes em sala de aula. Como obra, o Manifesto representa a confluência de diversos espíritos que ansejavam por uma mudança geral na cultura brasileira, uma transformação necessária e urgente, mas muito consciente de si e da complexidade de seus desafios.

## REFERÊNCIAS

---

AZEVEDO, Fernando de. *et al.* Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). In: **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Coleção Educadores, Editora Massangana, 2010.

FIGUEIRA, Patrícia Fernandes Ferreira. **Lourenço Filho e a Escola Nova no Brasil**: estudo sobre os Guias do Mestre da série graduada de leitura Pedrinho. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara). Araraquara, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, Elisabete Aparecida. Democracia, Pragmatismo e Escola Nova no Brasil. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. **80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**: questões para o debate. Educação e Pesquisa. São Paulo, 2013.

XAVIER, Libânia Nacif. O manifesto dos pioneiros da educação nova como divisor de águas na história da educação brasileira. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). **Manifesto dos pioneiros da educação**: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

XAVIER, Libânia Nacif; PINHEIRO, José Gledison Rocha. Da Lab School de Chicago às escolas experimentais do Rio de Janeiro dos anos 1930. In: **História da Educação**, v. 20, nº 50, Porto Alegre: UFRGS, 2016.